

o **Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira**, que foi elaborado como tese de mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo. A pesar disso, o autor não demonstra a grande preocupação com a forma da tese tão comum em trabalhos dessa natureza. Numa feliz combinação entre os conhecimentos literários e Sociológicos, chega a um campo muito pouco explorado e consegue resultados importantes para a Sociologia da Literatura.

Em 'O Preconceito de Cor e a Mulata Brasileira' é analisado "o comprometimento dos escritores brasileiros com o preconceito de cor" e a influência da Literatura na formação da mentalidade popular, que colabora para a manutenção dos estereótipos negativos em torno da mulata, que tem sido vista como sensual, irresponsável etc... Nosso autor ainda vai das origens da mentalidade popular até as esferas racionais, à "Intelligentsia" (segundo Manheim) da sociedade brasileira.

Assim, procura uma conexão entre a 'literatura propriamente dita' que manipula numa certa medida o gosto do público e a Literatura Científica que confirma as raízes dos estereótipos formados em torno da imagem da mulata e situa sua posição histórica na sociedade brasileira.

De Gregório de Matos até Jorge Amado, o autor retoma imagens de mulatas passando por Manuel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães, Aluísio de Azevedo, João Felício dos Santos e Guimarães Rosa, caracterizando o comprometimento dos autores ora mais ora menos abertos; ora a mulata aparece mais escura, ora mais clara, mas nunca deixa de assumir as características estereotipadas referidas acima.

Numa abordagem dialética, a mulata, para o professor Teófilo, aparece como a 'própria síntese' do elemento contraditório e perturbador, que durante todo o desfile dos personagens está sempre num segundo plano.

Com a visão proporcionada pela crítica clara e elucidativa do autor, passando a encarar as personagens mulatas referidas na obra com novos olhos e somos convidados a retornar a antigas leituras para que possamos assumir também uma atitude crítica da situação racial em questão, com esses novos dados. — Irene Maria Ferreira Barbosa.

**Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)**, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Renomado periódico, não editado desde 1937, vem de reiniciar sua circulação. Publicado trimestralmente pelo Arquivo Público Mineiro tem seu primeiro número datado de 1896 e apresentou razoável regularidade até 1937, quando completou seu volume XXV. Esta **Revista** representa fonte essencial a todos que pretendam estudar nossa história através de fontes primárias, em especial a de Minas Gerais quando predominava a atividade mineratória.

Na RAPM reproduziu-se uma infinidade de documentos tais como: Cartas Régias, Alvarás, Decretos, Regulamentos, correspondência etc. Imprimiram-se também inúmeras obras primordiais para o entendimento da sociedade mineira em seus múltiplos aspectos; dentre eles salientamos alguns fundamentais: **Cultura e Opulência do Brasil**, de André João Antonil (v. IV); **Áureo Trono Episcopal** (v. VI); **Cartas Chilenas** (v. II); **Triunfo Eucarístico**, de Simão Ferreira Machado (v. VI); **Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais**, por José Teixeira Coelho (v. VIII); **Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, e Minas e os Quintos do Ouro**, de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (v. VI); **Primeiros Descobrimientos das Minas de Ouro na Capitania de Minas Gerais**, notícia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por M.J.P. da Silva Pontes (v. IV); **Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais**, de José Vieira Couto (v. X); **Memória do Distrito Diamantino**, por

Joaquim Felício dos Santos (v. XIV e XV). Além dos estudos acima arrolados, contam-se vários escritos de W. L. von Eschwege (v. II, III e IV).

A RAPM publicou dois índices (em 1914 e 1960), o segundo abrange todos os números editados até 1937 (volumes I a XXV) e apresenta a matéria segundo ordem alfabética de assuntos, títulos e autores.

Em 1975, o Arquivo Público Mineiro reencetou a impressão de sua *Revista* — agora com periodicidade anual — alterando sua filosofia editorial, conforme podemos inferir da "Apresentação" elaborada por seu diretor, Ivo Porto de Menezes, para o número de reinício:

"Queremos crer que o objetivo primordial da REVISTA seja levar, a quantos se interessam pela pesquisa documental, o valioso acervo guardado no Arquivo Público Mineiro, não na interpretação deste ou daquele historiador senão na pureza original do documento. Função primordial sua será talvez informar da presença deste ou daquele documento, o que é obtido pelos índices com ementas".

Assim, ao adotar a orientação que se torna comum em periódicos deste gênero, a RAPM deixa de ter como objetivo principal a reprodução do documento, para preocupar-se em divulgar catálogos com ementas e índices dos códigos pertencentes ao acervo do Arquivo Público Mineiro, ou outras fontes importantes para a história das Gerais.

Com o volume XXVI, de maio de 1975, já se sentia este espírito de trabalho, ao divulgar índices dos Códices da Seção Colonial e da Provincial do Arquivo. Da primeira encontramos o códice 15, relativo aos Registros de Patentes, compreendendo o período 1719-1734. O códice 16, diz respeito a Registros de Alvarás, Cartas Régias, Cartas de Secretários de Estado, Vice-Rei etc., correspondente ao espaço temporal 1720-1727. Já os códices 394, 395 e 399 referem-se a impressos avulsos. No de número 13, da Seção Provincial, arrolam-se originais de Cartas, Ordens Imperiais e Avisos, de 1822.

Apresentam-se ainda nesse volume a "Relação dos Chefes do Governo Mineiro e seus Secretários de 1894 a 1974" — cuja autoria deve-se a Francisco de Assis Andrade — e um levantamento, efetuado por Ivo Porto de Menezes, relativo à documentação sobre Minas existente nos seguintes arquivos portugueses: Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal e Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Arquivo do Tribunal de Contas e Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Em dezembro de 1976, no volume XXVII, publicou-se uma exaustiva "Contribuição Bibliográfica para a História de Minas Gerais", escrita por Hélio Gravatá, a qual "relaciona livros, folhetos, artigos de periódicos, capítulos e trechos de obras, de autores nacionais e estrangeiros" publicados até 1968. Contam-se trezentos e setenta e dois títulos concernentes à história mineira desde os primeiros descobrimentos até a Revolução de 1932.

Deste volume consta, ademais, a relação dos diretores do Arquivo Público Mineiro, dos Deputados Estaduais (de 1899 a 1937), dos Deputados Federais por Minas Gerais (1891-1975), dos Senadores Estaduais (1895 a 1930) e do Poder Legislativo em Minas Gerais — 1947 a 1975.

No número mais recente (XXVIII) editado em abril de 1977, aparece um catálogo e índice alfabético de documentação, organizados por Ana Maria de Souza Torres e Denise Magnólia Barbosa. Esse trabalho compõe-se de duas partes: do "Catálogo dos Códices da Seção Colonial" correspondente ao período 1702-1837 (doc. 1 a 404), com o respectivo índice alfabético de assuntos e do "Catálogo dos Códices da Seção Provin-

cial" — também com seu índice alfabético — relativo ao espaço cronológico 1821-1890 (doc. 1 a 1396). Neste mesmo volume publicou-se, adicionalmente, catálogos dos códices alfabéticos por assunto das seguintes Câmaras Municipais: Caeté (1739-1844), Mariana (1708-1837), Ouro Preto (1712-1886), Paracatu (1744-1838) e Sabará (1719-1892). A esta relação acrescenta-se um "Catálogo e índice de Registros Paroquiais".

A **Revista do Arquivo Público Mineiro**, que em sua primeira fase de existência propiciou contributos marcantes à historiografia brasileira ao reproduzir, parcial ou integralmente, textos originais, volta a ser publicada; agora informa por nova orientação editorial.

Tal retomada mostra-se plenamente consentânea com as necessidades atuais dos historiadores e demais estudiosos da sociedade e da economia brasileira, voltados a pesquisas monográficas para cuja elaboração revela-se essencial o conhecimento sólido e amplo das fontes primárias. A RAPM permitir-nos-á melhor conhecimento de importantes acervos documentais existentes em Minas, indispensáveis ao estudo de nossa formação sócio-econômica, particularmente no que diz respeito ao período de predomínio da faina mineira. — **Francisco Vidal Luna**.

**SCHWARTZ, Stuart B. — Sovereignty and society in colonial Brazil; the High Court Of Bahia and his Judges, 1609-1851. Bekerley, University of California Press (1973).**

Dois sistemas de organização, entrosados entre si, constituíram as bases do governo e da sociedade no Brasil colonial: um oficial, visível, palpável, caracterizado pelas normas burocráticas e estritamente controlado pela Metrópole; um outro, formando intrincada trama de relações pessoais de interesse, de parentesco e de favores que era tacitamente aceito e tolerado pelas autoridades governamentais. O autor, com este estudo tenta captar a relação dinâmica entre estes dois sistemas, coexistentes durante toda a época colonial.

A análise do comportamento da burocracia portuguesa, quando no meio brasileiro, foi feita através do estudo do pessoal pertencente à Relação da Bahia, em seus dois períodos de existência (1609-1626 e 1652-1751). Embora reconhecendo ser o seu um "estudo de elites" sobretudo, o Autor não deixou de parte a população, em prejuízo da qual, com freqüência, agiam os órgãos oficiais coloniais.

Servindo-se de alguns conceitos de Weber, porém sem filiar-se inteiramente a seus modelos por considerá-los não totalmente aplicáveis a estudos do império português, Stuart Schwartz começa por estudar a organização judiciária em toda a orbe lusa no século XVI, especificando o caso brasileiro até 1580. A partir daí, durante o domínio espanhol, em razão da profunda atenção que Felipe II dava às suas responsabilidades administrativas, surgiram as Ordenações Filipinas. O fato de elas terem vigorado após mesmo a separação das duas coroas, demonstra a sua eficiência e aplicabilidade para o mundo português.

Assim, a Suprema Corte brasileira, isto é, a Relação da Bahia, surgiu como uma das inovações introduzidas no período espanhol. O estudo de sua estrutura vai demonstrar que ela mudaria muito pouco como instituição em todo seu tempo de vida. A dinamização correria por conta de seus magistrados. ("Men and not laws made the Relação a dynamic institution, p. 67). A primeira supressão correria por conta da sua atitude contra a suspensão da justiça criminal, como o queria Matias de Albuquerque, como uma das medidas necessárias às condições da guerra contra os holandeses.